

A conferência do clima em Bali e o Brasil

LUIZ PINGUELLI ROSA

APESAR DO grande impacto político do quarto relatório divulgado neste ano pelo IPCC, não se espera muita coisa da 13ª Conferência das Partes (COP) da Convenção da ONU sobre Mudança do Clima.

Um tema recorrente em Bali será o provável não-cumprimento do Protocolo de Kyoto pelos países desenvolvidos e ex-comunistas que integram o Anexo 1 da convenção. Entre os países ricos, são exceções o Reino Unido e a Alemanha, cujas emissões foram reduzidas. Os EUA não ratificaram o protocolo. Os países ex-comunistas reduziram as emissões devido ao colapso de suas economias.

Uma boa notícia é a mudança de posição da Austrália. A má notícia é que os EUA não mudarão sua posição. A esperança é que essa situação seja modificada após as eleições norte-americanas. Porém, o Partido Democrata estava no poder em 1997, quando os EUA fizeram jogo duro contra a proposta brasileira, em Kyoto, de criar o Fundo de Desenvolvimento Limpo com recursos dos países do Anexo 1 para financiar projetos de fontes alternativas nos países em desenvolvimento. Houve até uma carta de Clinton para FHC reclamando da posição do Brasil. O fundo foi derrotado, mas em seu lugar ficou o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.

Outro tema recorrente em Bali, que causa a maior polêmica no Brasil, é o novo regime da convenção após 2012. Para alguns, os países em desenvolvimento devem ter de reduzir suas

emissões, em particular os emergentes. São visados China, Índia e Brasil, pois são grandes emissores. Porém, apesar de a China, por exemplo, aumentar muito seu consumo, a energia per capita está muito abaixo da dos EUA, da União Européia ou do Japão.

Os países em desenvolvimento não têm obrigação de reduzir suas emissões porque seu consumo de energia per capita é muito baixo. Mas tendem a aumentar suas emissões com o crescimento econômico.

As classes de renda mais alta nos países em desenvolvimento têm alto consumo de energia per capita, mas a maioria da população é pobre e tem consumo de energia muito baixo. Assim, há forte desigualdade na emissão de gases de efeito estufa per capita dentro de cada país, seguindo a desigualdade na distribuição de renda.

Deve-se resolver o problema das emissões juntamente com o da exclusão social e energética. No início do atual governo, 12 milhões de brasileiros não tinham luz elétrica, daí o programa Luz para Todos.

O Brasil tem grande componente de energia renovável em sua matriz energética —hidroeletricidade, álcool, carvão vegetal e bagaço de cana. Há o Proinfa, da Eletrobrás, para fontes de energia alternativas, e o programa do biodiesel. Mas há problemas, como a menor participação da hidroeletricidade e o aumento da termoeletricidade nos leilões para a expansão da geração elétrica. Estudos da Coppe-UFRJ mostraram que há

emissões de hidroelétricas, mas muito menores que as das termelétricas. As nucleares não emitem.

A maior parte das emissões brasileiras vem do desmatamento da Amazônia, apesar de ter sido reduzido nos três últimos anos. Aí está a maior possibilidade de reduzir nossas emissões.

Em reunião com o presidente da República, foi sugerido pela ministra Marina Silva um plano nacional de ação sobre esse assunto, tendo o Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas se incumbido de apresentar uma proposta. O presidente referiu-se ao plano na ONU e assinou há poucos dias um decreto criando uma comissão interministerial para elaborá-lo.

O primeiro ponto da proposta do fórum é “definir metas de redução da taxa de desmatamento e queimadas”. Foi também sugerida a destinação de parte da renda petrolífera de Tupi e do pré-sal a fontes alternativas e eficiência energética no país.

O Brasil poderia retomar em Bali a proposta de uma taxa internacional sobre o consumo de combustíveis fósseis para financiar fontes alternativas e eficiência energética, além de um novo mecanismo para remunerar a redução do desmatamento. A redução das emissões pelo Protocolo de Kyoto será muito pequena para conter o aquecimento global previsto pelo IPCC. É necessário um esforço mundial muito maior.

LUIZ PINGUELLI ROSA, 65, físico, é diretor da Coppe-UFRJ (Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro) e secretário do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas. Foi presidente da Eletrobrás (2003-04).